

DOSSIÊ

*ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DE "ELITES",
TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS E RECONFIGURAÇÕES
DOS ESPAÇOS DE PODER*STRATEGIES OF "ELITES" REPRODUCTION,
MORPHOLOGICAL TRANSFORMATIONS AND
RECONFIGURATION OF SPACE OF POWER

Igor Gastal Grill*
Rodrigo da Rosa Bordignon**

Em tempos críticos – de questionamentos e embates acerca dos parâmetros que pautam valores e relações sociais, regras e condutas institucionais – é particularmente oportuno refletir sobre fenômenos que denotam (re)composições sociais. Os estudos sobre “elites” têm abordado com excelência os contextos de “crises” que favorecem a (ou são favorecidos por) redefinições de recursos, linguagens e repertórios legítimos ao exercício do poder, ou conjunturas fluidas de transição entre modos de dominação

social, econômica e política. No entanto, pouca ênfase tem sido dada às tentativas de perenização empregadas nas lutas deflagradas tanto no espaço social mais amplo dos países – com a ativação de modalidades coletivas de gestão das mudanças toleradas (adaptações, reconversões, alianças, etc.) – como nos planos mais específicos, de preservação de patrimônios sociais, econômicos, políticos e simbólicos, ativados pelos grupos dominantes. Consideração que ganha maior relevo quando percebemos que a

* Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – UFMA – (São Luís/MA/BR). E-mail: igorgrill@terra.com.br

** Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política – UFSC – (Florianópolis/SC/Brasil). E-mail: rrbordignon@hotmail.com

ascensão econômica e/ou política de agentes integrantes de certos segmentos – com posições sociais de origem, sociodiceias e posicionamentos ideológicos que conferem marcas de “novidades” –, vem acompanhada pela orquestração de investimentos familiares, individuais e institucionais para a gestão de um sentido de continuidade.

O dossiê aqui apresentado é formado por uma equipe heterogênea de cientistas sociais vinculados a diferentes centros de pesquisa, atuantes no Brasil e no exterior, e pertencentes a distintas gerações de pesquisadores. Suas reflexões aportam sobre transformações em espaços de poder no Brasil, abrangendo da elite política e intelectual na passagem do Império para a República às modalidades de justaposição de inscrições política e culturais vigentes na segunda metade do século XX; abordam condicionantes históricos de gestão do capital social e do capital simbólico de grupos sociais, constituídos desde descendentes da nobreza francesa até estirpes militares, estancieiras, políticas e culturais em certos estados brasileiros; tratam de diversificadas formas de ativação do capital escolar, conforme as configurações nacionais sobre as quais se debruçam (Brasil, França e Noruega); e atentam a discrepantes conjunturas e meios mais ou menos proveitosos aos rendimentos de “elites tradicionais” ou à mobilidade e circulação social de “grupos dirigentes” em ascensão/declínio.

Notadamente, este projeto coletivo reúne autores que se aproximam, em primeiro lugar, por seus esforços de análise orientados por indagações derivadas da problemática crucial, desenvolvida nas formulações de Pierre Bourdieu, sobre as *estratégias de reprodução*. Contemplando a apreensão de: princípios, práticas e contextos propícios à conquista, preservação ou reconfiguração

de posições e notabilidades, em variados/imbricados domínios sociais, econômicos, políticos e culturais; e as bases disposicionais (apetências ou repulsas) envolvidas nas estratégias de transmissão/apropriação de espólios materiais e simbólicos, compatíveis com o desempenho de determinadas atividades.

Desta maneira, mesmo que voltados a universos específicos e privilegiando modalidades de objetivação contrastantes, os componentes do dossiê compartilham veios analíticos consistentes. Convergem quanto à necessidade de aglutinar uma miríade de lógicas (econômicas, culturais, políticas, de sucessão, de divisão entre sexos ou gerações, etc.) intervenientes nas práticas dos agentes estudados – temas comumente monopolizados em subáreas das ciências sociais (estudos rurais, das empresas, de gênero, da família, da educação, da socialização, das instituições, da política, da intelectualidade, etc.). Em decorrência disso, confluem sobre a importância das conexões plurais entre registros e domínios da vida social na potencialização do acúmulo de trunfos (reputações, redes, competências, etc.), com arranjos sempre originais – não raro associados a “nomes de famílias”, “personalidades” ou categorias dirigentes. O que implica na observação comum do caráter complementar (e até mesmo compensatório) dos investimentos diacrônicos e sincrônicos (inter e intrageracionais) dos agentes ligados por múltiplas identificações coletivas, sempre tensionadas por sua condição familiar de origem. E coincidem, igualmente, na relevância atribuída aos movimentos de fissão (concorrências, disputas e rivalidades), internos aos grupos sociais em geral e nos familiares em particular; mais ou menos controlados por forças de fusão (coesão, orquestração e concentração).

Os lugares (“famílias”, escolas, clubes, exército, academias, enfim, instâncias variadas) de produção de “herdeiros” são, pois, centrais nas análises aqui agrupadas. As estratégias acionadas por “famílias” e “grupos sociais” – em vias de desclassificação ou com vistas à diversificação e à manutenção dos patrimônios materiais e simbólicos, bem como aos meios de apropriação dos seus lucros – são impulsionadas pelos desdobramentos em um espaço de luta, ele mesmo em devir. Devemos tomar a sério, então, os registros ou repertórios de ação que definem os papéis estabelecidos no relacionamento, em mão dupla, entre usos socialmente autorizados passíveis de serem feitos, e as bases sociais nas quais estão fundamentados.

A hierarquia dos recursos (posses, títulos, posições, autoridade para determinadas intervenções no mundo social) e das classificações ou categorizações (laudatórias ou depreciativas) das práticas é, também, uma ordenação das pessoas, realizada pela *alquimia social* por meio da qual as “vocações” objetiva e subjetiva se inscrevem em *espaços dos possíveis*, transfigurando-se em atributos pessoais: “dons”, “qualidades”, “capacidades”, etc. Enquanto marcadores sociais, elas são naturalizadas e incorporadas ao arsenal simbólico que respalda a origem (“serviços prestados”, “excepcionalidade”, “tradição”, etc.) e/ou o destino (“carreiras exemplares”, “felizes acasos”, “missões incontornáveis”, etc.) dos “herdeiros”.

Longe de ser homogênea e sequencial, a transmissão da “herança” – de espólios familiares, simbólicos, institucionais, etc. – se expressa, de modo diferencial, nas disposições ao reforço ou inscrição em uma linhagem; ou, ainda, na ruptura, distanciamento ou redefinição genealógica. De qualquer

modo, as variações ocorrem em função do volume e da estrutura de recursos a serem reproduzidos e, efetivamente, dos instrumentos de sua reprodução. Contudo, esses instrumentos de reprodução e as estratégias que lhes são correlatas não operam pela lógica dicotômica do “ou”/“ou”. Antes disso, está em jogo a combinação múltipla de investimentos familiares, matrimoniais, escolares, intelectuais, políticos, profissionais, e, de forma contundente, o trabalho mundano de acumulação de capital de relações sociais.

Com efeito, trata-se de pensar em que medida princípios e funções são sedimentadas individual e coletivamente; ou, em outros termos, como e em que grau as disposições morais individuais podem se objetivar com relativo sucesso, instaurando modos legítimos de ação e os limites instituídos à manipulação possível de papéis e princípios de classificação. Evidencia-se um processo indissociável: se os indivíduos se relacionam desigualmente com o mundo social e, mais especificamente, com as diferentes missões e instituições sociais, é porque as fronteiras e as barreiras alfandegárias entre os espaços ou domínios dependem da constituição e transmissão de um sistema de disposições, logo, dos “recipientes” sociais ao alcance dos seus investimentos. As transformações geracionais e morfológicas impactam, em maior ou menor grau, as possibilidades de êxito ou de declínio dos grupos familiares e das distintas categorias sociais; afora as chances diferenciais dos agentes lançarem mão de estratégias compensatórias. Sendo assim, condições de reprodução ou de subversão da ordem estão, pois, ligadas à multiplicidade de estratégias individuais e coletivas acionadas e aos modos de dominação que lhe são subjacentes.

O empreendimento primordial é, pois, no tratamento das múltiplas e complementares *estratégias de reprodução*, procurando desvelar os modos de dominação subjacentes; sem pressupor que essas relações remetem à existência de “estágios” bem definidos, e desviando dos diagnósticos limitados a detectar sentidos de falta ou de excepcionalidade (GRILL e REIS, 2018). A vigilância contra a essencialização das espécies de recursos, práticas, princípios de hierarquização e formas de dominação coloca-se como elemento central. Isso porque, como os invariantes estruturais tendem sempre a expressar oposições, mesmo os cientistas sociais “mais rigorosamente dedicados a descrever” serão “sempre suspeitos de prescrever ou de proscreever” (BOURDIEU, 1994, p. 16).

Pelo o que foi ressaltado até então, fica patente a filiação do conjunto de colaboradores desta coletânea ao esquema analítico “bourdieusiano”. Tendo isso em vista, é inegavelmente apropriado iniciar com a tradução do artigo “Stratégies de reproduction et modes de domination”, publicado originalmente na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, em edição de 1994. Seria impossível recensar todas as inspirações que o programa de investigações sintetizado nesse texto forneceu. Para mencionar apenas algumas influências, frisamos que, nele, Pierre Bourdieu postula, por um lado, a atenção que deve ser dirigida à “unidade das práticas” (ligadas aos investimentos sucessoriais, econômicos, educativos, matrimoniais, sociais, simbólicos, etc.); quase sempre assimiladas de modo segmentado e submetido às divisões disciplinares, artificial e arbitrariamente construídas. Ademais, insiste que atentemos aos pesos dos diferentes capitais (desigualmente objetivados) e aos mecanismos de repro-

dução disponíveis em cada contexto social.

Cada contribuição que dá sequência ao dossiê é uma amostra do potencial heurístico que a transposição das especializações temáticas ou em áreas de estudos pode trazer. Do mesmo modo, cotejando os diferentes trabalhos, com seus universos distantes no tempo e no espaço, o leitor tem a alternativa de exercitar o viés da comparação exigido à compreensão tanto dos sistemas de *estratégias de reprodução* como dos condicionantes que lhe são intervenientes.

O artigo de Monique de Saint-Martin explora a multiplicidade de estratégias postas em movimento por uma “grande família” da nobreza francesa, que estão relacionadas à manutenção e à expansão dos patrimônios econômico, cultural, social e simbólico, que marcam tais estirpes. Uma das questões mais gerais e subjacentes ao texto é saber em que medida e como, após o período revolucionário e a abolição da nobreza e de seus privilégios, um conjunto de práticas sociais e simbólicas reproduz o sentido de grupo, garantindo a existência e a celebração de pertencimentos/fronteiras, que são afeiçoadas por diferentes tipos de vínculos. Mobilizando um vasto acervo de produções memorialísticas, biográficas, hagiográficas, entre outras; a variedade de redes e recursos concentrados se expressa no caso exemplar de um de seus membros: o duque de Brissac. Ele ilustra a intersecção de uma gama de elos e concertações. A divisão dos papéis no interior da “família”, com efeitos nas próprias experiências e estilos das narrativas; a progressiva imposição da escola como meio de reprodução social; as alianças, matrimônios, amizades, camaradagem escolar, etc., desvendam os efeitos de coesão, que caracterizam as condições sociais de existência.

O exame de investimentos diversos efetuados por agentes (individuais e coletivos) permite defrontá-los com divisões de funções entre membros de uma mesma “família”, consideradas como congruentes e necessárias à manutenção de posições bem alocadas na hierarquia social. Por esse intermédio, podemos compreender fatores que condicionam (porque coagem e/ou oportunizam) escolhas diversas concernentes aos laços matrimoniais, aos títulos escolares e às aplicações profissionais, às relações priorizadas, aos negócios preferidos, às adesões políticas assumidas, às visões de mundo professadas; etc. E, por suposto, toda sorte de notoriedades advindas do trabalho de mediação (social, política ou cultural), de contatos qualificados, de “serviços prestados”, de “feitos heroicos”, enfim, de atributos que conferem reputação a determinadas “famílias” e a seus membros. Conjugando a isso, fica mais viável identificar os efeitos que os encaminhamentos dos agentes produzem na reordenação do mundo social, visto que os casos “bem sucedidos” são protagonistas de processos mais gerais de redefinição da gramática econômica, cultural e política e, não raro, servem de “modelos de conduta” aos demais, graças a mecanismos de transmutação do que é excepcional (por motivos arbitrários) em exemplar (com feições sagradas) (CORADINI, 1998; GRILL, 2003).

Nessa trilha, os artigos de Ernesto Seidl, Marcos Piccin e Igor Grill ressaltam o peso do capital social e do capital simbólico concentrado em determinados grupos familiares. Examinando, respectivamente, a presença contínua de membros das mesmas “famílias” no alto oficialato do exército, na direção de grandes propriedades rurais (as denominadas “estâncias”) e no parlamento brasileiro (deputados federais e senadores), as pesquisas revelam cons-

trangimentos (sociais, históricos, regionais, entre outros) e dispositivos de perpetuação genealógica nesses domínios. Antes do que pressupor resultados de sequências de cálculos ou planejamentos (lineares, coletivos e conscientemente perseguidos); os autores exploram as imposições/reações de “herdeiros” oriundos de “famílias de elite” às reestruturações mais amplas do mundo social; às contrapartidas estabelecidas entre os “direitos” e “deveres” associados ao pertencimento/mobilização do patrimônio coletivo; às prescrições de atribuições; às inculcações de responsabilidades; e, ainda, às tensões inscritas nas dimensões objetivas e subjetivas da existência dos indivíduos.

Seidl analisa os ajustes entre as oportunidades disponíveis a certas frações sociais no interior do serviço estatal e as estratégias que lograram mobilizar. Ele examinou, em detalhe, uma das linhagens que, provavelmente, forneceu a maior quantidade de oficiais ao Exército brasileiro até o presente (“seis gerações de soldados”): os Menna Barreto. Utilizando, como fonte principal, dois livros dedicados à “história da estirpe” de atuantes das forças armadas, entre 1769 e 1950, o autor realça: o forte entrelaçamento de “famílias de tradição” no Exército entre si e com outras em posição social homóloga; as manobras de proteção, favoritismo e privilégio, que funcionaram como fatores de ascensão na carreira, adicionadas à ativação do capital simbólico familiar; e as orientações de alguns dos seus membros para profissões como direito, medicina e engenharia. O caso exemplar é revelador das lógicas sociais de fabricação de representações dominantes sobre os militares e sobre suas qualidades, como “bravura”, “disciplina”, “desempenho escolar”, entre outras. Não por acaso, a origem da “dinastia” é o meio rural do Rio Grande do

Sul, estado conhecido como uma “terra de militares” e “berço de generais”.

O “mundo da instância” gaúcho é, justamente, o universo de análise privilegiado por Marcos Piccin. No seu artigo são examinados os principais meios de interação social e cultural (clubes, associações culturais e esportivas, bailes, teatros e outros), além das estratégias matrimoniais e sucessórias de reprodução social de uma “elite” formada por grandes proprietários de terra (criadores de gado extensivo) no município de São Gabriel (RS). O autor demonstra, assim, como a vinculação entre processos de sociabilidade e casamentos se traduz na constituição de esquemas de percepção e afinidades de estilos. Busca, dessa forma, grifar os alicerces da modelação de um *habitus* de classe reconhecível e comunicável, bem como salientar as estratégias matrimoniais estabelecidas a partir das homologias de posições entre cônjuges. Para tanto, ampara-se em observações diretas e dados sobre 6 linhagens de “estancieiros”, que significou a análise de 99 matrimônios e 233 indivíduos, a realização de entrevistas e o exame de documentos variados (inclusive dos acervos das próprias famílias).

O artigo de Igor G. Grill também parte do cenário sul-rio-grandense, contrastado à configuração mineira, para explorar itinerários e posicionamentos de parlamentares “herdeiros” de “famílias” que se notabilizaram na ocupação de posições políticas e intelectuais. Com base em materiais diversos, o autor situou os recursos detidos pelos agentes, relativamente às configurações históricas e regionais em que exerceram suas carreiras (escolares, profissionais e de cargos políticos). Demonstrando que os casos são representativos de padrões de linhagens estabelecidas social e politicamente desde o século XIX e de grupos marcados

pelo pertencimento étnico, que ascenderam mais recentemente. O estudo permitiu, por um lado, pontuar a progressiva e diferenciada diversificação de segmentos da “elite política” brasileira, com redefinições correspondentes das modalidades de ação e dos repertórios de mobilização. Por outro lado, por intermédio da análise de escritos dos “sucessores” e seus posicionamentos voltados à produção de “histórias” dos antepassados, associando-se aos “espólios” (que eles próprios ajudam a fabricar), o autor verificou os suportes à disponibilidade/autoridade a assumirem uma condição de porta-voz de “questões” nacionais, regionais, sociais e relacionadas à própria história familiar. Por meio da atuação política e da produção de bens simbólicos desses protagonistas (com atuação entre 1945 e 2020) é possível, pois, apreender os sistemas de referências, problemáticas legítimas e *ethos*, que condicionam as intervenções de especialistas na mediação, indistintamente política e cultural, em momentos e contextos regionais discrepantes.

Outras contribuições ao dossiê não partem de casos exemplares e relacionados a certas configurações regionais, mas apostam na objetivação do campo do poder no plano nacional e em conjunturas de aparente transformação social. A partir da caracterização da morfologia desses espaços, os autores buscam compreender relações entre posição social de origem, percursos e posições alcançadas. Aliando discussões mais gerais sobre os princípios e significados que circundam determinadas formas de organização social às bases sociais que lhe são subjacentes, o sobrevoo acionado pelos autores fornece elementos à compreensão dos condicionantes que definem estratégias, ou seja, das chances diferenciais aos deslocamentos possíveis e das barreiras

(econômicas, culturais e simbólicas) que intervêm nas modalidades de inscrição, realização e/ou reformulação de papéis (BORDIGNON, 2015).

O artigo de Rodrigo da Rosa Bordignon focaliza as *estratégias de reprodução* que expressam os fluxos de deslocamentos – verticais ou horizontais –, caracterizados pela relação entre origens sociais, formação escolar e destino de “elites” políticas e intelectuais de fins do XIX. Questionando-se sobre a transformação dos princípios de hierarquização que marcam a transição do Império para a República no Brasil, o autor busca apreender os efeitos e limites à diversificação dos papéis e de suas bases sociais. Isso permite, em termos gerais, vislumbrar as tendências à reprodução e “a reconversão do trabalho, do tempo e de um conjunto de condições” (BOURDIEU, 2016, p. 241), que indicam, ao mesmo tempo, a adesão parcial aos valores em ascensão (particularmente a valorização dos títulos escolares) e as barreiras que se impõe aos que não dispõem das condições de acesso aos recursos e às posições mais valorizadas.

Johns Hjelbrekke e Olav Korsnes se debruçam sobre as permanências e transformações que marcam as divisões intergeracionais das elites norueguesas, a partir do topo das hierarquias educacional e profissional. O recorte específico são os agentes sem experiência de desclassificação e cujos pais possuíam ensino superior e/ou eram CEOs ou “profissionais liberais”. Com o objetivo de clarificar as condições sociais que escoram a circulação dessas elites, os autores se esforçam por delinear as principais tendências à reprodução ou à reconversão

e, notadamente, seus alicerces sociais. Tendo em vista a “variabilidade da conversão entre as posições” e a produção de “linhagens” que conectam origens e destinos, o resultado mais geral aponta para uma forte “causalidade do provável”. Concluindo que isso significa que, independentemente das fortes percepções sobre a igualdade e o “excepcionalismo” norueguês, alguns são “mais iguais que outros”.

Levando em conta o declarado ponto de partida no esquema analítico “bourdieusiano”, esta publicação não deixa de ser uma homenagem ao sociólogo francês, que faleceu há 18 anos. Por essa razão trazemos ainda algumas contribuições de “seguidores”, que auxiliam na compreensão do seu “legado”: uma conferência de Julian Duval¹; uma entrevista com Afrânio Garcia Jr., realizada por Mihai Gheorghiu; e uma resenha de um livro de Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad.

Duval interroga-se sobre a atualidade do livro *Le Métier de sociologue*, 50 anos após sua publicação. Partindo da conexão entre a “concepção de ciências sociais” nele presente e a “revolução específica” postulada por Bourdieu, o autor explora dois elementos: os efeitos associados ao esforço de “refundação da sociologia”; a relação entre o “livro”, a “obra” e a posição de Pierre Bourdieu e a sociologia na França. A linha de ataque comporta o questionamento mais amplo sobre os efeitos de vulgarização e os empréstimos extraídos do livro, em parte decorrentes do fato de que o mesmo se tornou um “manual” escolar e/ou um argumento de autoridade aos que pretendem definir a sociologia como ciên-

1. Redigida para o Colóquio Internacional *O ofício de sociólogo e o trabalho sociológico de Pierre Bourdieu*, realizado em 2018, na Universidade Federal de Santa Catarina.

cia e dela participar. Nesta perspectiva, “o ‘métier’, no sentido de um *habitus*” específico, não teria se generalizado, mesmo com o conjunto de transformações institucionais e profissionais que favoreceram a institucionalização e a profissionalização do ofício de sociólogo; mas a reivindicação da autonomia das ciências sociais e de sua função propriamente científica – que não consiste nem a “servir ao poder” nem “fazer a política por outros meios” – certamente deformou o campo de lutas.

O depoimento concedido por Afrânio Garcia Jr. ao sociólogo romeno Mihai Gheorghiu – ambos com vinculação à rede de pesquisadores ligada ao *Centre de Sociologie Européenne* (atual Centre Européen de Sociologie et de Science Politique) e à revista *Actes de la Recherche en Science Sociales* (espaços acadêmicos fundados por Pierre Bourdieu) – nos fornece alguns elementos sobre as capilarizações das formulações e das relações tecidas por Bourdieu. A interlocução entre entrevistador e entrevistado traz à tona fatores significativos de coações, oportunidades, planejamentos e tensões, que agiram no transcurso de um itinerário exemplar. E ainda situa aspectos importantes dos encaminhamentos de pesquisas primordiais à compreensão de fenômenos diversos, como as transformações no mundo rural brasileiro (em especial no nordeste); os efeitos da internacionalização no domínio universitário do país; e as condições de produção intelectual em circunstâncias semiperiféricas. Sobretudo, o relato pontua o emaranhado complexo de tessitura da história das Ciências Sociais no Brasil.

Afrânio Garcia Jr. faz referência a outros pesquisadores do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, José Sérgio Leite Lopes, Marie-France Garcia-Par-

pet, Beatriz Heredia), que participaram, por suas inserções profissionais e pelas relações pessoais estabelecidas, da sua trajetória. Todos investiram na leitura e apropriação das orientações de Bourdieu, principalmente, das pesquisas sobre a Argélia, algumas delas em parceria com Abdelmalek Sayad.

O que justifica concluirmos este empreendimento com a resenha, produzida por Juarez Lopes de Carvalho Filho e Leandro Costa, do livro *El desarraigo: la violencia del capitalismo en una sociedad rural*, de Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad, lançado em 2017 em espanhol, pela editora argentina Siglo Veintiuno Editores. A publicação original, *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*, é de 1964. As análises dos autores certamente continuarão a inspirar estudos sobre o campesinato e as transformações do capitalismo em contextos de importação, dos países centrais, de instituições e modos de regulação das relações sociais, realizada em contextos periféricos ou semiperiféricos.

Referências

BORDIGNON, R. R. Elites políticas e intelectuais: condições de diversificação e estratégias de carreira (1870-1920). 410 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) –, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2015.

BOURDIEU, P. Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*. V. 105, n.º 1, p. 3-12, 1994.

BOURDIEU, P. *Sociologie générale: cours au Collège de France* (1983-1986). V. 2. Paris: Seul / Raisons d’agir, 2016.

BOURDIEU, P. Lições de aula: aula inaugural proferida no *Collège de France* em 23 de abril de 1994. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

CORADINI, O. L. Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais. In: FELIX, L. O. et al. (Orgs.). *Mitos & Heróis: Construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998, p. 219-240.

GRILL, I. G. *Heranças políticas no Rio Grande do Sul*. São Luís: EDUFMA, 2003.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. Dos campos aos domínios das “elites” no Brasil. *Revista Tomo*, n. 32, 2018, p. 163-210.

